

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 20/XII

“Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental”

6 DE MAIO DE 2022



INTRODUÇÃO

A 14 de dezembro de 2021, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 20/XII, intitulada “Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental”.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*educação*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.



ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

A primeira peticionária refere, em sede de exposição de motivos, que “Na sequência da visita de V. Exa. à Escola Secundária Antero de Quental, conjuntamente com a Sra. Secretária das Obras Públicas e Comunicações e a Sra. Secretária da Cultura, da Ciência e Transição Digital, no passado dia 16 de abril, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Antero de Quental, vem por este meio, expor a V. Exa. os problemas e preocupações com o estado de degradação das instalações da escola, o qual permanece, há muito tempo, sem que exista uma solução de fundo para a sua resolução.

No ano letivo transato, 2020/21, percebemos que existiria abertura/vontade por parte da Secretaria Regional da Educação para intervir na Escola Secundária Antero de Quental de forma concertada e refletida, o que muito nos agradou, gerando o sentimento de: “Finalmente a nossa Escola vai ser cuidada!”

Esta Escola tem todo o potencial para continuar a ser uma escola de referência na Região, seja a nível (1) das instalações, (2) do corpo docente e não docente, e ainda (3) do cuidado manifestado pelos alunos, fruto do orgulho que sentem por frequentarem uma escola integrada num Edifício Histórico, com aulas em “salas museu”.

No Palácio Fonte Bela, localizado no centro da cidade de Ponta Delgada, passou a funcionar, desde 1921, o Liceu de Ponta Delgada, atual Escola Secundária Antero de Quental.



O palácio está classificado como Imóvel de Interesse Público pela Resolução n.º 41/80, de 11 de junho.

Atualmente assiste-se a uma degradação preocupante deste património histórico, a qual poderá ser definitiva e sem retorno, se continuar a arrastar-se no tempo a necessária intervenção de fundo, sempre com o cuidado de adaptação às exigências da escola do século XXI e sem desvirtuar o património existente.

A falta de conservação/manutenção a que o palácio está sujeito, ao longo dos anos, salvo situações pontuais, está a originar preocupação ao nível da segurança das pessoas que circulam e permanecem naquele espaço. Entre muitas outras situações: os tetos das salas de aula, na parte antiga do edifício principal, necessitam de intervenção de consolidação; o teto da cisterna está em perigo eminente de colapso; a rede de distribuição elétrica não está atualizada; os pátios exteriores têm o pavimento degradado, muito irregular e com buracos.

Para além da necessidade das obras de conservação atrás referidas, existe ainda a necessidade premente de adaptação de todas as instalações da escola (edifício classificado e parte mais recente, secção) às funções de uma escola do século XXI, numa altura de grandes inovações e desafios, acentuados pela pandemia.

Neste contexto, apresentamos algumas situações que, se bem solucionadas, minimizariam muito as dificuldades de toda a comunidade educativa, especialmente dos nossos filhos/educandos, da Escola Secundária Antero de Quental:

- Insuficiente número de salas de aula;
- Refeitório e bar com dimensões manifestamente pequenas para o número de alunos que o frequenta em simultâneo;
- Necessidade de adequação/adaptação/atualização dos espaços exteriores para permanência dos alunos, nos intervalos, ou até para ser utilizado como sala de aula no exterior;
- Necessidade de adaptação de todos os espaços, exteriores, interiores e espaços desportivos, a pessoas com mobilidade reduzida;



- Melhoria da rede de internet que quando não é inexistente é muito lenta;
- Melhoria da cobertura Wifi que é insuficiente e muito má. Tanto alunos como professores têm de usar os seus próprios dados móveis;
- Insuficiente equipamento informático, quadros eletrónicos, projetores de vídeo. Alguns equipamentos estão avariados, sem possibilidade de recuperação;
- Insuficiente número de instalações desportivas. Algumas das que existem não estão em bom estado de conservação.

Assim, pretendemos obter informação sobre como e quando a Secretaria Regional de Educação pretende atuar perante os problemas existentes nas instalações da Escola Secundária Antero de Quental.

Gostaríamos, ainda, de saber se está já em curso algum de projeto de execução para as obras de conservação/recuperação/adaptação das instalações, que contemple a reorganização e interligação dos espaços, plano de acessibilidades, consolidação da estrutura, novas redes elétricas e de informática, instalação de rede de deteção de incêndios, arranjos de exteriores, etc.

Neste sentido, solicitamos a V. Exa que não negligencie as instalações da Escola Secundária Antero de Quental e que considere, como uma das suas prioridades de mandato, o desafio de “manter vivo o Antigo Liceu de Ponta Delgada” para as futuras gerações”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição da primeira petionária, a cidadã Amélia Borges, do Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental, bem como da Secretária Regional da Educação, que decorreram no dia 4 de abril de 2022, pelas 11h30, 15h00 e 16h00, respetivamente.



- **Audição da primeira peticionária, a cidadã Amélia Borges:**

A primeira peticionária começou por explicar que a Associação de Pais da Escola Secundária Antero de Quental enviou uma carta à Secretária Regional da Educação, tendo recebido, meses mais tarde, uma listagem dos trabalhos que estavam a ser feitos na escola em questão. Não satisfeita com a resposta, a Associação de Pais decidiu enviar a mesma carta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. No fundo, a missiva tem um conjunto de reivindicações dos pais e encarregados de educação para garantir a segurança e melhores condições para a comunidade educativa da escola. Para além disso, trata-se de um edifício histórico, pelo que urge preservá-lo.

Na primeira ronda de questões, a deputada Valdemira Carvalho (PS) começou por listar algumas intervenções feitas na escola, pela tutela anterior, e perguntou o que os tinha motivado a apresentar a petição, se teria sido algo de carácter preventivo ou, de certa maneira, por risco efetivo decorrente de degradação da Escola Secundária Antero Quental. De acordo com a peticionária, Sra. Amélia Borges, tal se deveu à falta de espaço, à segurança dos alunos e, ainda, à necessidade de preservar o edifício histórico.

Interveio, seguidamente, a deputada Délia Melo (PSD) que perguntou se os peticionários tentaram saber, junto do Conselho Executivo, que diligências tinham sido tomadas junto da tutela, ao longo dos anos, e quais as respostas obtidas.

De acordo com a peticionária, o Conselho Executivo tem feito esforços no sentido de alertar a quem de direito para a situação, mas não há respostas.

A deputada social-democrata ripostou que notícias públicas dão nota da intervenção feita pelo atual Governo Regional, mas a peticionária considerou que não são obras estruturais.

Na segunda ronda de perguntas, usou da palavra a deputada Alexandra Manes (BE) para questionar acerca das condições de segurança na torre e sobre a almejada ampliação da escola, reivindicada pelos pais e encarregados de educação. Às questões formuladas, a peticionária retorqui que o acesso à torre foi interdito e que a construção de novas salas, na sua opinião, deveria ser no parque de estacionamento dos professores, mas admitiu que existem profissionais habilitados a dar uma resposta em relação a esta matéria.



Na última ronda, interveio a deputada Délia Melo (PSD), lembrando que as intervenções feitas pelo atual Governo Regional representam um investimento superior a 800 mil euros, o que, por si só, é bem revelador da complexidade e morosidade da empreitada de recuperação do edifício da Escola Secundária Antero de Quental. Concluiu a sua intervenção levantando a questão da diminuição do número de alunos ao longo dos anos e perguntou se, face aos números, não haveria outra solução para a escola que não passasse pela sua expansão e se esta questão tinha sido estudada em conjunto com o Conselho Executivo. Em resposta, a petionária declarou nunca ter dialogado com o órgão de gestão da escola sobre as pretensões dos petionários, mas tem conhecimento que há salas que foram fechadas por estarem em elevado grau de degradação, comprometendo a segurança dos alunos e retirando-lhes espaço para aulas.

- **Audição do Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental:**

O presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental, Dr. Ulisses Barata, referiu que houve uma alteração procedimental, feita pelo atual governo, passando a ser a Secretaria Regional das Obras Públicas a adjudicar as obras e em alguns casos a realizar algumas intervenções com meios próprios. “Nós apenas temos reportado o que é necessário fazer e depois têm atuado em conformidade”. Assim, o presidente do Conselho Executivo explicou que foram efetuadas as seguintes obras: “as estruturas de apoio provisório da sala dos professores que estava em risco de ruir junto com os tetos pictóricos, devido à infestação de térmitas”. “Foi feita uma vistoria à cisterna, e um escoramento provisório da estrutura, estando-se à espera de reforço estrutural dos arcos da cisterna”. “Foram retelhadas as salas 27 até à 30, no pátio poente do Palácio”, e “feita a limpeza e análise da cobertura do edifício da secção quanto à presença de amianto”. De acordo com o presidente do Conselho Executivo, procedeu-se também à manutenção dos portões do Palácio, e foram retirados os vasos da varanda sul do mesmo, e os pilaretes foram retocados e limpos, mas ainda não se recolocaram os vasos, porque “aguardam um restauro mais aprofundado”.



Aberta a primeira ronda de questões, a deputada Délia Melo (PSD) questionou se o presidente do Conselho Executivo considerava a transição de serviços da Direção Regional da Educação para a Secretaria das Obras Públicas e Comunicações benéfica, tendo recebido a resposta que foi muito positiva e que se revela uma mais-valia.

A deputada quis ainda saber se a necessidade de intervenção na escola já havia sido reportada no passado e qual a resposta obtida e qual o ano de construção das estruturas que possam eventualmente ter amianto na sua cobertura. A deputada social-democrata foi informada que desde 2014 se fazia pressão para que a escola fosse intervencionada, mas a tutela do Governo Socialista nunca respondeu afirmativamente aos pedidos, a única exceção feita foi uma intervenção na secção de pintura do edifício e colocação de tetos, mas, no caso desta última, houve aspetos que não foram concluídos nem acautelados, pelo que hoje há infiltrações nestas zonas. A concluir, referiu que nunca foram feitas análises às estruturas que se pensa terem amianto, mas estas obras são do final da década de 70, início da década de 80.

Sem mais inscrições por parte dos deputados, o presidente do Conselho Executivo deixou o repto de se pensar num projeto mais abrangente, que implique a ampliação da escola, de modo a não comprometer o futuro da mesma – mais espaços para aulas e para a prática desportiva, aliviando a estrutura do Palácio, para que aí sejam concentrados os serviços.

- **Audição da Secretária Regional da Educação:**

A Secretária Regional Sofia Ribeiro referiu que o trabalho de intervenção ao nível de obras nos edifícios escolares resulta de uma articulação entre a Secretaria Regional da Educação e a Secretaria Regional de Obras Públicas e Comunicações, através da identificação de problemas e consequente anexação a um plano de investimentos próprio e da contratação pública, respetivamente. No caso da Escola Secundária Antero de Quental, por se tratar de um edifício histórico, há também uma intervenção que é da responsabilidade da Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

No que se refere à escola em questão, está em preparação “o lançamento do concurso para a segunda fase da intervenção nos tetos pictóricos do palácio”.



De acordo com a governante, “numa primeira fase foi feito o escoramento do teto, mas também foi feita uma intervenção na parte não visível na estrutura para conter a infestação por térmitas e reforçar a estrutura que sustenta o teto”, uma vez que este estava na iminência de ruir. A mesma revelou também que foi necessário intervir nas esteiras da eletricidade, “a intervenção está a ser concluída e está-se a preparar um concurso público internacional para uma intervenção nesta sala”.

Segundo a Secretária Regional Sofia Ribeiro, da vistoria feita ao edifício da secção e do ginásio, “revelou-se que é necessário substituir as placas de revestimento da cobertura, uma situação que está em análise”, bem como solucionar o problema de infiltrações no ginásio B e substituir o pavimento do mesmo, uma intervenção que já foi iniciada.

A responsável pela pasta da Educação explicou que ficará concluída na interrupção letiva da Páscoa uma intervenção para aplicação de microbetão betuminoso nos pavimentos dos pátios sul do palácio. Adiantou, ainda, que se está a proceder ao orçamento para a reparação da varanda principal, tendo já sido tratado do reforço para substituição de um vão em madeira do chamado Pátio das Gatas, cuja cabimentação está em curso.

A governante mencionou ainda intervenções às quais o presidente do Conselho Executivo se referiu também, nomeadamente o escoramento provisório da antiga cisterna e o procedimento para reforço estrutural dos arcos da cisterna, a resolução das infiltrações nas salas 27 a 30, dos vasos e pilaretes da varanda sul do palácio, e a manutenção dos portões do mesmo.

Segundo a Secretária Regional Sofia Ribeiro, os problemas infraestruturais da escola têm merecido a atenção do executivo: “é uma situação que tem gerado bastante preocupação, mas também ação e intervenção deste executivo”, sublinhou, referindo que logo de início as três secretárias regionais [Educação, Cultura e Obras Públicas] visitaram a escola e o presidente do governo regional já esteve na escola “por diversas vezes”.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a deputada Délia Melo (PSD) para perguntar há quanto tempo necessitava a escola de obras e se havia alguma informação na Secretaria Regional da Educação, aquando da tomada de posse da Secretária Regional Sofia Ribeiro, acerca deste assunto, tendo sido esclarecida que não sabia



precisar o tempo de necessidade de reparação das estruturas, mas os problemas já tinham sido reportados há já vários anos, como é do domínio público.

A deputada Valdemira Carvalho (PS) interveio para questionar a titular da pasta da Educação se havia algum plano com a previsão para a requalificação geral da Escola Secundária Antero de Quental, tendo sido informada que a situação de degradação das escolas é grave, como tem dado nota pública e tem referido sempre que chamada a pronunciar-se sobre esta questão na Assembleia Legislativa e na Comissão de Assuntos Sociais. Para além das intervenções já mencionadas, está-se na fase de lançamento de concurso para a segunda fase da intervenção nos tetos pictóricos do palácio para posteriormente se passar aos trabalhos finais de reparação.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, CH e a abstenção do IL, emitir o seguinte parecer:

1. A petição encontra-se em nome coletivo, subscrita pela Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Antero de Quental. Ainda que não reúna as 300 assinaturas, a mesma deverá ser apreciada em Plenário, tendo em conta a sua importância social e cultural, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º1 do artigo 192.º do Regimento.
2. A petição apresenta um conjunto de reivindicações dos pais e encarregados de educação para garantir a segurança e melhores condições para a comunidade educativa da escola, bem como a necessidade de preservar o edifício histórico – Palácio da Fonte Bela. Ainda que nunca tenham dialogado com o órgão de gestão da escola sobre as suas pretensões, a presidente da Associação de pais refere que tem conhecimento de situações que carecem de melhoria na escola.



3. De acordo com a peticionária, têm sido feitos esforços, por parte do órgão de gestão da escola, no sentido de alertar a quem de direito para a situação, mas não há respostas. Esta posição foi refutada, tanto pelo Conselho Executivo, como pela tutela que listaram um vasto conjunto de intervenções que estão a ser levadas a cabo pelo Governo de Coligação. Estas intervenções representam um investimento muito avultado (superior a 800 mil euros), o que, por si só, é bem revelador da complexidade e morosidade da empreitada de recuperação do edifício da Escola Secundária Antero de Quental. Estão cientes, porém, que muito mais há a fazer.
4. O Presidente do Conselho Executivo deu nota que desde 2014 se fazia pressão para que a escola fosse intervencionada, mas a tutela do Governo Socialista nunca respondeu afirmativamente aos pedidos, a única exceção feita foi uma intervenção na secção de pintura do edifício e colocação de tetos, mas, no caso desta última, houve aspetos que não foram concluídos nem acautelados, pelo que hoje há infiltrações nestas zonas.
5. A alteração procedimental feita pelo atual Governo, em que passa a ser a Secretaria Regional das Obras Públicas a adjudicar as obras e em alguns casos a realizar algumas intervenções com meios próprios, é uma mais-valia, de acordo com o presidente do Conselho Executivo. A escola reporta o que é necessário fazer e a tutela tem atuado em conformidade.
6. Apesar das intervenções já realizadas, o presidente do Conselho Executivo e a primeira peticionária consideram necessário que se pense num projeto mais abrangente, que implique a ampliação da escola, de modo a não comprometer o futuro da mesma – mais espaços para aulas e para a prática desportiva, aliviando a estrutura do Palácio, para que aí sejam concentrados os serviços.
7. A Secretária Regional Sofia Ribeiro explicou que os problemas infraestruturais da escola têm merecido a atenção do executivo, referindo que logo no início da legislatura as três Secretárias Regionais [Educação, Cultura e Obras Públicas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

visitaram a escola e o presidente do Governo Regional já esteve na escola “por diversas vezes”.

8. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, ao Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 06 de maio de 2022.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Joaquim Machado)